

1. Contexto operacional

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

Em julho de 2010, a Plascar Ltda. adquiriu 100% das ações da Plastal S.A. (“Plastal”), localizada na Argentina, com plantas nas cidades de Tortuguitas, Córdoba e Rosário. A Plastal, por sua vez, é detentora de 100% das ações da Ristolsur S.A. (“Ristolsur”), localizada no Uruguai, que não possui operações relevantes. Em agosto de 2011, a razão social da Plastal foi alterada para Plascar Argentina S.A..

Adicionalmente, a Plascar Ltda. controla a Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A., estabelecida na cidade de Tortuguitas, Argentina, sem operações relevantes.

A Plascar Ltda. possui 5 plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí e Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, e Varginha, Betim e Camanducaia, no Estado de Minas Gerais.

A planta de Camanducaia é destinada a produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, *pallets* e móveis ecológicos. Esse segmento operacional, ainda em fase de desenvolvimento, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados da Companhia.

As demais plantas industriais, incluindo as plantas das controladas, atuam exclusivamente no setor automotivo, com foco exclusivo no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo, principalmente, para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, carpetes, acionadores de vidro e outros componentes menores.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que detém 56,52% do capital social e controla a Plascar Participações Industriais S.A., pertence ao IAC - International Automotive Components Group Brazil, LLC, *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC e Franklin Mutual Advisers LLC, com sede em Delaware, Estados Unidos.

1. Contexto operacional--Continuação

Mudança da Sede

Em 23 de setembro de 2011, a Companhia concluiu a mudança de endereço de sua sede social, de Jundiaí, no Estado de São Paulo, para Campinas, no Estado de São Paulo, no Km 104,5 da Rodovia Anhanguera, Techno Park Campinas, Avenida Pierre Simon de Laplace, 965, módulos B1, B2, B3, B4, C1 e C2 do Condomínio Industrial Unic, Sala 2 do módulo B1.

Transação de Sale & Leaseback

Em 15 de setembro de 2011, a Plascar Ltda. assinou Compromissos Particulares de Venda e Compra de Imóveis com a Savoy Imobiliária Construtora Ltda. ("Savoy") referente a uma transação de *Sale & Leaseback* dos prédios e terrenos situados em três unidades industriais de sua propriedade, localizadas nas cidades de Betim/MG, Varginha/MG e Jundiaí/SP, além do imóvel da antiga sede social da Companhia, localizado na cidade de Jundiaí/SP.

Essa operação faz parte da estratégia de desmobilização da Companhia para redução de seu endividamento de curto, médio e longo prazo, possibilitando mais investimentos em máquinas e equipamentos para modernização e ampliação de seu parque industrial e em desenvolvimento de produtos. Ainda em decorrência dessa operação, a "Savoy", assumiu contratualmente o compromisso de parceiro imobiliário investidor que irá garantir o financiamento de futuras novas unidades industriais e também expansões das já existentes.

Em 15 de setembro de 2011, a Plascar Ltda. concluiu a primeira parte da referida operação, sendo concretizada a venda dos prédios e terrenos das plantas industriais de Jundiaí e Varginha. O valor de venda dos ativos destas duas unidades foi de R\$ 98.350, tendo sido apurado um lucro na venda dos imóveis de R\$ 33.472, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, na demonstração do resultado. Desse montante, R\$ 24.587 foi recebido à vista e o restante, R\$ 73.763, foi integralmente recebido em dezembro de 2011.

Em 14 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. concluiu a segunda parte da operação, sendo concretizada a venda do prédio e terreno da planta industrial de Betim. O valor de venda dos ativos desta unidade foi de R\$ 24.100, tendo sido apurado um lucro na venda do imóvel de R\$ 4.058, registrado na rubrica Outras receitas operacionais, na demonstração do resultado. Desse montante, R\$ 4.820 foi recebido à vista e o restante, R\$ 19.280, foi recebido em 10 de fevereiro de 2012.

Vide detalhes nas notas explicativas nº 10 e 14.a.

1. Contexto operacional--Continuação

Capital de giro

O capital de giro apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 está substancialmente afetado pelo passivo relativo às Debêntures, no montante de R\$ 177.823, que inclui juros, os quais afetaram substancialmente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 22.254 (R\$ 9.547 em 2010). Como estas Debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações em Maio de 2012, não haverá impacto nos fluxos de caixa da Companhia. Vide nota explicativa nº 12.

Atendendo ao pleito da Companhia, a CVM aprovou, em 8 de dezembro de 2011, o leilão das 11.069 debêntures remanescentes, ainda não subscritas. Esse leilão, a ser realizado nos primeiros meses de 2012, se for totalmente absorvido pelo mercado, poderá gerar recursos da ordem de R\$ 130 milhões, os quais serão utilizados principalmente para a redução da dívida bancária da Companhia.

A Companhia vem acompanhando o crescimento do mercado automotivo Brasileiro e Argentino e, para isso, tem investido de forma consistente na melhoria e expansão das suas instalações industriais, visando atender às montadoras atualmente instaladas e aquelas que estão em fase de instalação nesses países.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, somente diferem das práticas do IFRS no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado – DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada); IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação (Revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. A adoção destes pronunciamentos e interpretações não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras de 2011, o valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos, originalmente registrado no passivo não circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante, sendo apresentado reduzindo o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC32. Essa reclassificação não causou impacto no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 ou no patrimônio líquido naquela data.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho Fiscal realizada em 29 de fevereiro de 2012.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Plascar Participações Industriais S.A e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, detalhadas abaixo:

	Participação em			
	2011		2010	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda.	99,89%	-	99,88%	-
Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A.	-	99,89%	-	99,88%
Plascar Argentina S.A.	-	99,89%	-	99,88%
Ristolsur S.A.	-	99,89%	-	99,88%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Companhia, e as demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real, que é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, na data do fechamento.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira--Continuação

ii) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

iii) Controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (1) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: (1) quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (1) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (2) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (3) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.5 Plano de pagamento baseado em ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os serviços são prestados em troca de títulos patrimoniais. O custo dessas transações é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, por especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado (vide nota explicativa nº 16).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (vide nota explicativa nº 17).

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, contas a receber de venda de imóvel e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia classificou os equivalentes de caixa como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos Financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar por reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não fazia parte de contratos com derivativos embutidos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos Financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia classificou as contas a receber de clientes, as contas a receber de partes relacionadas, as contas a receber de venda de imóvel e os depósitos judiciais como empréstimos e recebíveis.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos Financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos Financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente associado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e dividendos a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os passivos financeiros classificados como empréstimos e financiamentos referem-se às contas a pagar a fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e dividendos a pagar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 25.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- i) Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- ii) Ferramentais, produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e as despesas e impostos estimados necessários para a realização da venda.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Vide as taxas de depreciação utilizadas na nota explicativa nº 10.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros-- Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.12 Investimentos em controladas

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração no resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível a controladora.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Investimentos em controladas--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.13 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Custo de empréstimos sem destinação específica, mas utilizados na aquisição, construção ou produção de um ativo, são capitalizados mediante a aplicação de uma taxa de capitalização aos gastos com tal ativo. A taxa de capitalização é a média ponderada dos custos dos empréstimos vigentes durante o período, diferentemente dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado.

O montante do custo de empréstimos capitalizados não excede o montante do custo de empréstimo incorrido durante o período.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

2.15 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.17 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.19 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.20 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Os pronunciamentos IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) – Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) – Investimentos em Coligada e em Controlada passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera nenhum impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção destes pronunciamentos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa nº 16.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa nº 7.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

*Benefícios de aposentadoria--*Continuação

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota explicativa nº 18.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2011	2010
Terceiros no país	116.512	108.731
Terceiros no exterior (Nota 25.a)	7.175	4.120
Contas a receber de ferramental (país)	13.687	38.296
Provisão para créditos duvidosos	(2.348)	(261)
	135.026	150.886

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, líquida da provisão para créditos duvidosos, era como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
A vencer	114.848	134.895
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	13.544	8.729
De 31 a 60 dias	2.102	4.593
De 61 a 90 dias	1.538	1.850
Há mais de 90 dias	2.994	819
	20.178	15.991
Total	135.026	150.886

O saldo vencido há mais de 90 dias, em 31 de dezembro de 2011, refere-se, substancialmente, a vendas de ferramentais. A administração da Companhia não possui expectativa de perdas sobre esses recebíveis, o qual não representa atraso efetivo, pois depende de documentação e liberação da área de compras das montadoras e área comercial da Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(261)	(141)
Aumento da provisão (Nota 21)	(2.087)	(120)
Saldo final	(2.348)	(261)

5. Estoques

	Consolidado	
	2011	2010
Produtos acabados	6.554	5.210
Produtos em elaboração	17.808	13.430
Matérias-primas	44.206	37.189
Importação em andamento	2.390	2.160
Materiais de manutenção e auxiliares	4.426	3.681
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	83.969	67.869
Adiantamentos a fornecedores	13.172	12.832
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(3.160)	(3.405)
	169.365	138.966

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial	(3.405)	(2.884)
Reversão da provisão	756	1.175
Aumento da provisão	(511)	(1.696)
Redução (aumento), líquido (Notas 20 e 21)	245	(521)
Saldo final	(3.160)	(3.405)

6. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2011	2010
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	9.790	7.791
Imposto de renda e contribuição social antecipados	2.675	598
Imposto sobre valor agregado – IVA – Argentina	10.065	17.850
COFINS a recuperar – PAES (1)	4.126	3.775
Outros	3.444	3.280
	30.100	33.294
Circulante	(22.478)	(25.851)
Não circulante	7.622	7.443

- (1) Refere-se ao saldo de COFINS incluído no PAES. Em anos anteriores a Plascar Ltda. aderiu ao parcelamento especial, todavia a receita federal não homologou os cálculos e excluiu a Plascar do referido parcelamento. A administração, orientada por seus assessores jurídicos, continuou a efetuar o pagamento das parcelas e impetrou ação judicial para homologação dos cálculos. Com a adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, em 2009, e desistência do referido processo judicial, a Plascar Ltda. registrou o montante de R\$ 3.178 (R\$ 3.775 atualizados em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 4.126 atualizados em 31 de dezembro de 2011), referente aos pagamentos efetuados, e solicitou à receita federal a restituição desses valores, considerada pelos assessores jurídicos da Plascar Ltda. como líquida e certa.

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	47.700	52.199
Provisão para demandas judiciais e outras diferenças temporárias	4.371	3.751
	52.071	55.950
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(16.671)	(29.765)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	(7.190)	-
	(23.861)	(29.765)
Líquido	28.210	26.185

(1) Referem-se aos saldos das controladas Plascar Ltda. e da Plascar Argentina S.A. no montante de R\$ 45.488 e R\$ 2.212, respectivamente (R\$ 48.224 e R\$ 3.975 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 39.170 e R\$ 50.172, respectivamente (R\$ 16.061 e R\$ 27.063 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A controlada Plascar Ltda. contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos--Continuação

Baseada em estudo técnico, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

	Consolidado	
	2011	2010
2012	3.636	-
2013	2.122	388
2014	6.350	4.637
2015	4.180	6.340
2016	5.236	7.645
2017	6.149	8.356
2018	6.962	8.788
2019	7.551	9.653
2020	8.039	10.143
2021	1.846	-
	52.071	55.950

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, revisadas trimestralmente. Essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.864	3.344
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	(8.454)	(1.137)
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Créditos fiscais – Inovação tecnológica (1)	7.676	12.126
Plano de pagamento baseado em ações	(3.680)	(733)
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecidos (2)	(7.857)	(3.573)
Outras diferenças permanentes	(1.001)	(852)
	(13.316)	5.831
Despesa de Imposto de renda e contribuição social corrente		
Corrente	(12.686)	-
Diferido	(630)	5.831
	(13.316)	5.831

(1) Refere-se aos créditos tributários apurados com base na Lei 11.196/05, artigo 17 - Decreto 5.798/06, sobre dispêndios realizados com pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

(2) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

7. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	52.129	(30.779)	21.350
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	-	3.554	3.554
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	(1.372)	-	(1.372)
Efeito cambial sobre impostos diferidos registrados em controlada no exterior	(465)	(67)	(532)
Liquidação de juros - Lei 11.941 (*)	(1.135)	-	(1.135)
Saldo de tributos diferidos registrado na Plastal na data base de aquisição (Nota 9)	6.793	(6.000)	793
Reversão de tributos diferidos sobre diferença de depreciação	-	3.527	3.527
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>55.950</u>	<u>(29.765)</u>	<u>26.185</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	-	13.321	13.321
Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	545	-	545
Efeito cambial sobre impostos diferidos registrados em controlada no exterior	109	(227)	(118)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	-	(7.190)	(7.190)
Recomposição de prejuízo fiscal e base negativa - Lei 11.941 (*)	2.773	-	2.773
Efeito tributário sobre a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com lucro tributável do exercício	(7.306)	-	(7.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>52.071</u>	<u>(23.861)</u>	<u>28.210</u>

(*) Vide nota explicativa nº 13.

8. Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas é composta de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

8. Partes relacionadas--Continuação

a) Remuneração aos Administradores--Continuação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Remuneração fixa anual (1)	(7.254)	(6.724)
Remuneração variável (2)	(3.594)	(3.314)
Honorários da administração (Nota 21)	(10.848)	(10.038)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(10.824)	(2.156)
	<u>(21.672)</u>	<u>(12.194)</u>

(1) Inclui salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos abaixo:

As transações mercantis realizadas entre a Companhia e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas da Companhia. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos).

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Empresas ligadas--Continuação

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante (Nota 25.a)				
Contas a receber:				
IAC NA Warren – USA	-	-	131	655
IAC Madsnvil – USA	-	-	129	108
Outras	-	-	2	10
	-	-	262	773
Ativo não circulante				
Contrato de mútuo:				
Plascar Ltda.	566	20.468	-	-
	566	20.468	-	-
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	-	-	1.920	1.712
			Consolidado	
			2011	2010
Resultado				
Receita de vendas				
IAC NA Warren – USA			376	1.363
IAC Madsnvil – USA			153	165
Plascar Argentina S.A. (1)			-	297
Outras			-	5
			529	1.830
Arrendamento entre Plascar Argentina com Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal) - (1)			-	263
Despesas financeiras, líquidas (1)			-	(17)

(1) Refere-se aos resultados das transações com a Plascar Argentina S.A. até a data da sua aquisição pela Plascar Ltda., conforme divulgado na nota explicativa nº 9.

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 99,89% do capital social da Plascar Ltda.. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuária, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.. Em 25 de maio de 2011, a Companhia converteu parte substancial do mútuo em aumento de capital de R\$ 19.000 na Plascar Ltda..

8. Partes relacionadas--Continuação

b) Empresas ligadas--Continuação

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,35% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda..

9. Investimentos

	Controladora	
	2011	2010
Em controlada:		
Plascar Ltda.	462.816	400.915
	462.816	400.915

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	2011	2010
Capital social	389.082	370.082
Quotas totais	389.082.159	370.082.159
Quotas possuídas (1)	388.654.169	369.636.115
Participação	99,89%	99,88%
Patrimônio líquido da controlada	463.326	401.396
Investimento registrado na Plascar S.A.	462.816	400.915
Lucro líquido do período	34.657	19.476
Resultado da equivalência patrimonial	34.619	19.452

- (1) Conforme comentado na nota explicativa nº 8, em 25 de maio de 2011, a Plascar S.A. decidiu aumentar o capital social da Plascar Ltda. em R\$ 19.000, através da subscrição de 19.018.054 novas quotas, integralizadas mediante a conversão parcial do saldo do mútuo a receber da controlada. Em 30 de junho de 2010 e 30 de julho de 2010, a Plascar S.A. decidiu aumentar o capital da Plascar Ltda. em R\$ 103.338 e R\$ 43.097, respectivamente, através da subscrição de 103.338.375 e 43.096.784 novas quotas, respectivamente, integralizadas na mesma data.

A Plascar Ltda. possui participação integral na Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A. (Argentina), cujas informações estão apresentadas a seguir:

	2011	2010
Capital social	20.182	19.414
Ações totais	6.012	6.012
Ações possuídas	6.012	6.012
Participação	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido da controlada	9.284	8.522
Investimento registrado na Plascar Ltda.	9.284	8.522
Lucro líquido do período	392	433
Resultado da equivalência patrimonial	392	433

9. Investimentos--Continuação

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 08 de julho de 2010, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a aquisição pela Plascar Ltda., de 100% das ações da Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal S.A.), controlada anteriormente pela Permalí do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (controladora da Companhia).

O preço total de aquisição foi de R\$ 60.000, inferior ao valor de avaliação econômica de US\$ 58.274 mil. Por ter sido uma aquisição de entidade sob controle comum, foi registrada a valor de livros. Na data de aquisição, o patrimônio líquido da Plascar Argentina S.A. era de R\$ 21.860, gerando um ágio de R\$ 38.140, o qual foi registrado na rubrica Ágio em transações de capital com entidade sob controle comum, no patrimônio líquido.

O objetivo do negócio foi alavancar a posição da Companhia no mercado automobilístico e centralizar as operações do Grupo no MERCOSUL.

Em 30 de junho de 2010 (data base da aquisição), o balanço patrimonial consolidado da Plascar Argentina S.A. e de sua controlada Ristolsur estava compostos como segue:

	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	234
Contas a receber de clientes	18.643
Estoques	64.315
Impostos diferidos (Nota 7.c)	793
Imobilizado – custo (Nota 10)	72.894
Imobilizado – depreciação acumulada (Nota 10)	(28.995)
Outros ativos	9.860
	137.744
Fornecedores	(37.764)
Empréstimos e financiamentos	(17.382)
Provisões para demandas judiciais (Nota 14.b)	(869)
Adiantamentos de clientes	(39.286)
Partes relacionadas	(8.143)
Outros passivos	(12.440)
	(115.884)
Acervo líquido adquirido	21.860
Preço total de compra liquidado em caixa	60.000
Caixa líquido adquirido com a controlada	(234)
Fluxo de saída de caixa, líquido	59.766

As demonstrações financeiras consolidadas de 2010 incluem os resultados da Plascar Argentina S.A. e de sua controlada para o período de seis meses findos em 31 de dezembro de 2010.

9. Investimentos--Continuação

No período de seis meses findos em 31 de dezembro de 2010, a Plascar Argentina S.A. e sua controlada Ristolsur contribuíram em R\$ 98.606 e R\$ 607 para a receita líquida e lucro líquido consolidados, respectivamente. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida e lucro líquido consolidados teriam sido de R\$ 916.168 e R\$ 19.507, respectivamente.

Em 1º de dezembro de 2010, a Plascar Ltda. transferiu 5% da participação no capital social da Plascar Argentina S.A. para a Plascar Indústria de Componentes Plásticos S.A..

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as informações relevantes referentes à Plascar Argentina S.A. estão apresentadas a seguir:

	2011	2010
Capital social	28.935	27.834
Ações totais	66.367	66.367
Ações possuídas	63.049	63.049
Participação consolidada	95%	95%
Patrimônio líquido da controlada	25.381	21.490
Investimento registrado na Plascar Ltda.	24.112	20.416
Lucro líquido do período (1)	2.787	607
Resultado da equivalência patrimonial	2.648	576

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			2010
		2011	2011	2011	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	25.655	(4.187)	21.468	89.834
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	681.289	(307.109)	374.180	291.541
Moldes	6 a 9	37.051	(21.142)	15.909	15.180
Móveis e utensílios	6 a 10	21.723	(14.049)	7.674	5.975
Veículos	18,57 a 20	7.721	(4.210)	3.511	4.212
Equipamentos de computação	15 a 16,81	9.614	(8.770)	844	780
Terrenos	-	3.492	-	3.492	13.615
Peças e materiais de reposição	-	4.525	-	4.525	2.754
Obras em andamento	-	13.906	-	13.906	29.709
Adiantamentos a fornecedores	-	91.409	-	91.409	22.989
		896.385	(359.467)	536.918	476.589

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores registrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 referem-se à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris da Companhia. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2011, R\$ 50.485 refere-se a compra de injetoras, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide nota explicativa nº 11).

10. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do custo

Consolidado						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
	Saldo inicial	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	138.014	378	2.945	(115.446)	(236)	25.655
Máquinas e equipamentos	590.529	2.950	94.325	(22.123)	15.608	681.289
Moldes	34.343	-	2.709	(13)	12	37.051
Móveis e utensílios	19.120	337	3.233	(51)	(916)	21.723
Veículos	7.999	-	2.161	(1.982)	(457)	7.721
Equipamentos de computação	8.992	67	798	(263)	20	9.614
Terrenos	13.615	129	14	(10.267)	1	3.492
Peças e materiais de reposição	2.754	-	-	-	1.771	4.525
Obras em andamento	29.709	-	-	-	(15.803)	13.906
Adiantamentos a fornecedores	22.989	-	68.420	-	-	91.409
	868.064	3.861	174.605	(150.145)	-	896.385

Consolidado							
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010							
	Saldo inicial	Ativos da Plascar Argentina S.A. na data da aquisição	Variação cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	124.317	10.633	(873)	3.411	-	526	138.014
Máquinas e equipamentos	506.734	47.962	(3.628)	49.025	(9.322)	(242)	590.529
Moldes	31.092	-	-	4.190	(879)	(60)	34.343
Móveis e utensílios	14.571	3.830	(345)	1.309	(93)	(152)	19.120
Veículos	6.457	187	(18)	2.241	(982)	114	7.999
Equipamentos de computação	7.767	1.139	(108)	376	(222)	40	8.992
Terrenos	10.267	3.513	(165)	-	-	-	13.615
Peças e materiais de reposição	2.980	-	-	-	-	(226)	2.754
Obras em andamento	24.992	4.717	-	-	-	-	29.709
Adiantamentos a fornecedores	1.744	913	(91)	20.423	-	-	22.989
	730.921	72.894	(5.228)	80.975	(11.498)	-	868.064

10. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação

Consolidado						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
	Saldo inicial	Varição cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(48.180)	(145)	(2.351)	46.575	(86)	(4.187)
Máquinas e equipamentos	(298.988)	(2.787)	(24.882)	19.499	49	(307.109)
Moldes	(19.163)	-	(1.992)	11	2	(21.142)
Móveis e utensílios	(13.145)	(113)	(835)	41	3	(14.049)
Veículos	(3.787)	-	(1.416)	961	32	(4.210)
Equipamentos de computação	(8.212)	(48)	(772)	262	-	(8.770)
	(391.475)	(3.093)	(32.248)	67.349	-	(359.467)

Consolidado						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010						
	Saldo Inicial	Ativos da Plascar Argentina S.A. na data da aquisição	Varição cambial sobre controladas no exterior	Adições	Baixas	Saldo final
Edificações	(43.419)	(2.368)	201	(2.594)	-	(48.180)
Máquinas e equipamentos	(262.899)	(23.209)	2.034	(23.194)	8.280	(298.988)
Moldes	(18.597)	-	-	(1.443)	877	(19.163)
Móveis e utensílios	(10.529)	(2.299)	197	(583)	69	(13.145)
Veículos	(2.883)	(113)	10	(1.292)	491	(3.787)
Equipamentos de computação	(6.304)	(1.006)	88	(1.219)	229	(8.212)
	(344.631)	(28.995)	2.530	(30.325)	9.946	(391.475)

d) Custo de empréstimos capitalizados

O valor dos custos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 3.476 (R\$ 4.989 em 2010). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi a média ponderada dos custos de empréstimos vigentes durante os trimestres.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram apuradas perdas do valor recuperável do ativo imobilizado a serem contabilizadas.

f) Bens em garantia

A Companhia possui bens do ativo imobilizado arrolados em processos administrativos tributários. Em 31 de dezembro de 2011, o valor residual desses bens era de R\$ 334 (R\$ 59.286 em 31 de dezembro de 2010).

10. Imobilizado--Continuação

g) Arrendamentos mercantis financeiros (Leasing)

Em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. e a Plascar Argentina S.A. possuem 16 contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos.

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 36.893 (R\$ 42.939 em 31 de dezembro de 2010). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício de 2011. Os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios objetos dos contratos.

h) Transação de Sale & Leaseback

Conforme comentado no tópico Contexto Operacional, a Plascar Ltda. realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 transações de *Sale & Leaseback* dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. O valor líquido contábil dos bens baixados, registrado em Outras receitas operacionais líquidas, foi de R\$ 78.862. Adicionalmente, foi transferido para a rubrica Outras contas a receber, no ativo circulante, o montante de R\$ 906, correspondente ao saldo líquido contábil em 15 de setembro de 2011 do prédio da antiga sede social da Companhia situada em Jundiaí, uma vez que se encontra disponível para venda.

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2011	Consolidado	
		2011	2010
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,19% a 0,49% a.m.	160.972	167.908
Notas de crédito à exportação	CDI + juros de 0,46% a.m.	15.532	23.989
“Leasing”	Juros de 1,11% a 1,80% a.m.	28.749	43.335
Cheques descontados	Juros de 1,75% a.m.	14.820	-
Finame	Juros de 0,38% a.m. a 0,73% a.m.	104.731	13.618
		324.804	248.850
Circulante		(176.861)	(147.504)
Não circulante		147.943	101.346

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os saldos referentes ao passivo não circulante possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

	Consolidado	
	2011	2010
24 meses	30.009	40.445
36 meses	29.170	33.637
48 meses	22.503	23.802
60 meses	14.069	1.129
72 meses	13.135	1.000
84 meses	13.135	1.000
96 meses	25.922	333
	147.943	101.346

Os empréstimos para capital de giro e notas de crédito à exportação foram contratados pela Plascar Ltda. e são garantidos por recebíveis e aval da Controlada.

Os cheques descontados referem-se a cheques pré-datados recebidos de montadoras pela Plascar Argentina S.A.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2011, R\$ 50.485 refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

Os contratos de "leasing" são garantidos pelos próprios bens objeto dos financiamentos.

12. Debêntures

Conforme aprovada, por maioria de votos, em assembleia geral extraordinária, realizada no dia 7 de abril de 2010, a Companhia aprovou uma emissão privada, em série única, de 40.000 (quarenta mil) debêntures subordinadas, obrigatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal de R\$ 10 cada.

As debêntures possuem vencimento de dois anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de maio de 2012.

12. Debêntures--Continuação

As ações que forem emitidas pela Companhia, em decorrência da conversão das debêntures, terão as mesmas características e condições e, portanto, gozarão dos mesmos direitos e vantagens atribuídos estatutariamente às ações da mesma espécie, bem como participarão integralmente dos resultados, inclusive dividendos e juros sobre o capital próprio, declarados a partir da data de emissão de tais ações.

A conversão em ações poderá ocorrer anteriormente à data de vencimento, ao preço de conversão de R\$ 3,90, desde que: (i) o preço médio unitário das ações, calculado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia, em negociação na BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, tenha sido superior a R\$ 4,50 por um período de, no mínimo, 20 pregões consecutivos imediatamente anteriores à respectiva data de conversão; (ii) a referida conversão em ações contemple, no mínimo, 5% das debêntures em circulação; e (iii) seja respeitado um intervalo mínimo de 30 dias entre a data da última conversão em ações e a data do pedido de uma nova conversão em ações.

A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser emitida na data de vencimento das debêntures em razão da conversão de cada debênture, deverá ser o resultado da divisão entre (a) o valor nominal unitário de cada debênture acrescido dos juros remuneratórios devidos; e (b) o preço das ações de emissão da Companhia, determinado com base na média por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação na BM&FBovespa S.A. Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros nos 20 pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das debêntures, ressalvado, entretanto, que o preço das ações de emissão da Companhia, nos termos do item (b) acima, estará sujeito aos seguintes limites: (1) não poderá ser inferior a 80% do Preço de Referência (conforme definido abaixo) e (2) não poderá ser superior a 120% do Preço de Referência. O Preço de Referência corresponde a R\$ 3,25, de forma que o preço de conversão será limitado ao valor mínimo de R\$ 2,60 e ao valor máximo de R\$ 3,90.

As debêntures serão remuneradas por taxa equivalente a 110% da variação do CDI. Os Juros remuneratórios serão pagos na data de vencimento, de forma compulsória, mediante dação em pagamento com as ações de emissão da Companhia.

12. Debêntures--Continuação

Até 31 de dezembro de 2011 foram subscritas 14.756 debêntures, totalizando R\$ 177.823 (R\$ 155.615 em 31 de dezembro de 2010) com juros remuneratórios, registrados na rubrica "Debêntures", no passivo circulante em 31 de dezembro de 2011, e no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010. A operação se caracteriza como um instrumento financeiro composto, que contém tanto um passivo financeiro quanto um componente de patrimônio. A Administração da Companhia avaliou o componente patrimonial e concluiu que ele não é relevante, portanto, não foi classificado separadamente no reconhecimento inicial da operação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve novas subscrições de debêntures.

Os recursos captados foram substancialmente utilizados para redução do endividamento e para aquisição de empresa.

Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva de juros anualizada das debêntures equivale a 11,05%.

O encerramento da operação de debêntures se dará com a realização de leilão das sobras, o qual foi aprovado pela CVM em 8 de dezembro de 2011, cujo valor total da oferta corresponderá a 11.069 debêntures. O Leilão deverá acontecer no primeiro trimestre de 2012, em data a ser definida em conjunto com a BMF&BOVESPA e instituição intermediária responsável por coordenar esse procedimento.

13. Parcelamentos de impostos (REFIS)

	Consolidado
	2010
Parcelamento – Lei nº. 11.941/09	11.898
	11.898
Circulante (1)	(827)
Não circulante	11.071

(1) Registrado na rubrica de Impostos e contribuições a recolher.

Em 25 de setembro de 2009, a Plascar Ltda. aderiu ao parcelamento de tributos e contribuições federais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispunha sobre o pagamento e o parcelamento de débitos em até 180 meses (15 anos) com reduções que variam de 20% a 100% da multa de mora e ofício, multas isoladas, juros de mora e encargo legal, de acordo com o prazo e modalidade de parcelamento vigente.

13. Parcelamentos de impostos (REFIS)--Continuação

A Plascar Ltda. liquidou os valores correspondentes a multas de mora ou de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre lucro líquido.

Adicionalmente, a Plascar Ltda., em seu melhor entendimento, liquidou os juros moratórios, calculados após a data da adesão ao parcelamento com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre lucro líquido.

Em 2011, os valores parcelados foram homologados, entretanto, a Receita Federal considerou que os juros moratórios não deveriam ser liquidados com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre lucro líquido. Consequentemente, a Companhia recompôs o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante dos créditos utilizados e registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, no ativo não circulante, em contrapartida ao saldo a pagar de juros, decorrente do parcelamento, no montante de R\$ 2.773.

Em 14 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. quitou antecipadamente o parcelamento com os recursos obtidos em transação de *Sale & Leaseback*.

14. Compromissos e contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Conforme comentado no tópico “Contexto Operacional”, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de *Sale & Leaseback* dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos, após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

O valor do aluguel mensal inicial dos imóveis foi estipulado em R\$ 1.193 (R\$ 703 para Jundiaí, R\$ 245 para Varginha e R\$ 245 para Betim), sendo reajustado pela inflação positiva apurada no próprio mês, de acordo com o IGP-M ou na sua falta o IGP-DI, ambos apurados pela F.G.V. (Fundação Getúlio Vargas). Conforme previsto em contrato, os 3 primeiros aluguéis referentes aos imóveis de Jundiaí e Varginha tiveram abono de 75%, 50% e 25%, respectivamente. Com relação ao aluguel do imóvel de Betim, o abono previsto em contrato é de 80% para os 2 primeiros meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. reconheceu despesa de aluguel, referente aos contratos supracitados, de R\$ 1.940.

14. Compromissos e contingências--Continuação

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de Sale & Leaseback)--Continuação

Os aluguéis mínimos futuros a pagar em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Valores nominais
Dentro de um ano	14.267
Após um ano, mas menos de cinco anos	71.580
Mais de cinco anos	53.227
	<u>139.074</u>

b) Processos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Trabalhistas	<u>2.018</u>	<u>2.785</u>
	<u>2.018</u>	<u>2.785</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas	<u>2.785</u>	<u>2.401</u>	<u>(3.168)</u>	<u>2.018</u>
	<u>2.785</u>	<u>2.401</u>	<u>(3.168)</u>	<u>2.018</u>

14. Compromissos e contingências--Continuação

b) Processos judiciais--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010						
	Saldo inicial	Saldo registrado na Plascar Argentina S.A. na data base da aquisição	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Reversão
Tributárias	1.182	-	-	14	-	(1.196)
Trabalhistas	3.111	869	3.194	-	(4.389)	-
	4.293	869	3.194	14	(4.389)	(1.196)

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. possui 09 processos tributários, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 8.808 (R\$ 10.580 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Trabalhistas

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

A Plascar Ltda. possui outros 322 processos trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 32.374 (R\$ 28.274 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital subscrito e integralizado está composto por 166.430.346 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas

- *Reserva legal*

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas*

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações. (nota explicativa nº 16).

- *Reserva de lucros para expansão*

A administração, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, proporá à assembleia geral ordinária a retenção de parcela de lucros, no valor de R\$ 7.735 em 31 de dezembro de 2011, composto pelo lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e distribuição de lucros, a serem destinados a investimentos futuros em projetos de expansão, de acordo com o orçamento de capital a ser submetido à assembleia geral ordinária.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração aos acionistas foi apurada da seguinte forma:

	2011
Lucro líquido do exercício	11.510
Absorção de prejuízos gerados em exercícios anteriores	(654)
Base de cálculo para constituição de reserva legal	10.856
Reserva legal	(543)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	10.313
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011	2.578
Percentual em relação a base de cálculo	25%
Dividendos por lote de mil ações em reais:	15,49

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Outros componentes do patrimônio líquido

- *Ágio em transações de capital com entidade sob controle comum*

Refere-se ao ágio pago na aquisição da Plascar Argentina S.A. (anteriormente denominada Plastal S.A.), conforme comentado na nota explicativa nº 9, fundamentado em rentabilidade futura. Esse ágio não foi reconhecido no ativo da Plascar Ltda., visto tratar-se de uma transação dentro do mesmo grupo econômico.

- *Ajuste de avaliação patrimonial*

Refere-se ao custo atribuído dos ativos imobilizados da Plascar Ltda. em decorrência da adoção inicial do CPC 27 (IAS 16), o qual está sendo realizado através da depreciação ou baixa dos bens em contrapartida à rubrica lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

- *Ajuste acumulado de conversão*

Refere-se a diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior, conforme comentado na nota explicativa nº 2.2.

16. Plano de pagamento baseado em ações

Com o objetivo de estimular a permanência dos administradores-chave da Companhia e de suas controladas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 5 de junho de 2007, um plano de remuneração baseado em ações ("Plano de Outorga").

Como parte da remuneração desses executivos, adicionalmente ao salário e outros benefícios concedidos, o Plano de Outorga determinava a entrega de instrumentos de capital da Companhia (546.150 ações e 1.092.280 opções de compra de ações ao preço de subscrição de R\$ 8,65) a esses executivos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, houve um cancelamento de ações e opções de compra por desligamento de administrador. Após esse cancelamento, as ações e opções remanescentes totalizavam 483.899 e 967.780, respectivamente.

O direito de outorga das ações era adquirido pelos beneficiários após um período de 4 anos (*vesting period*), contados a partir da assinatura de cada contrato. Com relação à outorga de opção de compra, o beneficiário adquiria o direito na proporção de 25% a cada ano que permanecesse na Companhia ou em alguma de suas controladas, atingindo 100% ao término de 4 anos da assinatura do contrato.

16. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

A despesa com remuneração foi mensurada pelo valor justo dos instrumentos de capital outorgados, na data de aprovação do plano, de R\$ 10,25 para cada ação e R\$ 6,01 para cada opção, adotando-se o *Black & Scholes Call Model*, com as seguintes premissas:

	Opções concedidas em 05 de junho de 2007
Preço de concessão – R\$	8,65
Expectativa de exercício (em anos)	5
Taxa de juros	10,25%
Volatilidade	43,12%
Rendimento do dividendo	0,66%
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	6,01

Expectativa de exercício – representa o período em que a remuneração relativa ao plano de opções de ações deve permanecer pendente e foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções no período intermediário de elegibilidade. Assim, este termo foi calculado com base no período médio entre o 4º e o 6º ano. A Companhia não espera nenhum descumprimento, uma vez que as opções são principalmente para os Diretores da Companhia, cuja rotatividade é baixa.

Volatilidade esperada – a Companhia utilizou a volatilidade dos preços das suas ações do período de 12 meses findo em 05 de junho de 2007, e considerando esse índice como uma premissa para o seu modelo de valorização.

Dividendos esperados – calculados com base expectativa de distribuição até a data do exercício da opção.

Taxa de juros isenta de risco – para o cálculo da taxa livre de risco empregada no modelo recorreu-se à curva de juros de DI futura verificada na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no dia 05 de junho de 2007. O contrato de DI futuro é referenciado nas taxas médias de juros calculadas pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Essas taxas refletem o custo médio praticado nas operações de troca de disponibilidades de recursos entre instituições financeiras para curtíssimo prazo.

Em 14 de abril de 2011, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma modificação no Plano de Outorga, com a conversão das opções, previstas nesse plano, em ações. Assim sendo, o total de ações a serem outorgadas aos beneficiários passou a corresponder a 1.451.679 ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conversão das 967.780 opções em ações, adicionados às 483.899 ações já previstas no Plano de Outorga. Não houve alteração no período de aquisição (*vesting period*).

16. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

A Companhia mensurou o valor justo incremental da modificação do Plano de Outorga pela diferença entre o valor justo das ações concedidas em substituição às opções e o valor justo das opções canceladas, adotando o *Black & Scholes Call Model*, com as seguintes premissas:

	Valor justo da opção em 14 de abril de 2011
Valor justo da ação – R\$	2,54
Taxa de juros livre de risco	12,53%
Volatilidade	50,95%
Dividendos esperados	1,15%
Valor justo da opção – R\$	0,02
Valor justo incremental da outorga das novas ações – R\$	2,52

Valor justo da ação - refere-se ao preço de fechamento da ação da Companhia (PLAS3), negociado na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) do dia 14 de abril de 2011.

Tempo a decorrer até o vencimento da opção - tempo a decorrer desde a data base da avaliação das opções, 14 de abril de 2011, até o dia em que a opção será exercida. Considerando que não houve, desde a aprovação do plano, exercício da opção, foi considerado o prazo médio de exercício, compreendido entre o início do período de elegibilidade e o vencimento das opções.

Taxa de juros livre de risco - representa a remuneração mínima exigida por um investidor ao aplicar em algum ativo. Para o cálculo da taxa livre de risco empregada no modelo *Black & Scholes* recorremos a curva de juros de DI futuro verificada na Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&F) no dia 14 de abril de 2011. O contrato de DI futuro é referenciado nas taxas médias de juros calculadas pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Estas taxas refletem o custo médio praticado nas operações de troca de disponibilidades de recursos entre instituições financeiras para curtíssimo prazo.

Volatilidade - é a medida de incerteza sobre os retornos proporcionados pela ação. Para o cálculo da volatilidade, consideramos a variação diária do preço de fechamento das ações negociadas na BOVESPA desde o IPO (*Initial Public Offering*) da Companhia em 05 de junho de 2006 até 14 de abril de 2011.

Dividendos esperados - foram calculados com base expectativa de distribuição até a data do exercício da opção.

16. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

Em função da modificação do plano, o saldo remanescente de despesa do Plano de Outorga, em 14 de abril de 2011, no montante de R\$ 2.102 foi integralmente reconhecido no resultado. Adicionalmente, o diferencial de valor em função da conversão das opções em ações para os participantes do plano, sem custo, no montante de R\$2,52 por ação, foi reconhecido como despesa no montante de R\$ 1.568, em Abril de 2011.

O *vesting period* terminou em 04 de junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, a Companhia, com base em aprovação do Conselho de Administração, liquidou o Plano de Outorga através da compra de 1.451.679 ações ordinárias negociadas na BOVESPA, ao preço total de R\$ 3.965, utilizando da Reserva de Capital constituída anteriormente. Essas ações foram transferidas para os executivos na mesma data. O saldo remanescente da Reserva de Capital, relativo ao referido plano, no montante de R\$ 7.803, foi transferido para Prejuízos acumulados.

Novo plano de outorga de ações

Além da mudança acima mencionada, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2011, os acionistas da Companhia também deliberaram a instituição de um novo plano ("Novo Plano de Outorga") para outorga de 10.817.972 ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos principais que se seguem:

- (a) Foram indicados como beneficiários do Novo Plano de Outorga os seguintes executivos, bem como definido o total de ações a lhes serem outorgadas, a saber: (i) André Cambauva do Nascimento – 8.321.517 ações; (ii) Gordiano Pessoa Filho – 1.664.303 ações; e (iii) José Donizeti da Silva – 832.152 ações;
- (b) A outorga das ações ficará condicionada a um período de carência total de 5 anos, contados a partir da data da assinatura de cada contrato e observada as seguintes proporções para a outorga efetiva das ações aos beneficiários:

Prazo de carência	Percentual das ações a serem transferidas
1º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
2º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
3º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
4º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga
5º aniversário da data do contrato	20% do número total de ações objeto da outorga

- (c) Transcorrido cada prazo de carência, o Conselho de Administração da Companhia tomará as providências para que o percentual correspondente às ações objeto da outorga seja transferido para os beneficiários nas proporções acima indicadas;

16. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

- (d) As ações poderão ser negociadas pelos beneficiários assim que lhes forem transferidas pela Companhia, desde que os Beneficiários observem as restrições previstas na legislação em vigor e na Política de Divulgação da Companhia;
- (e) Em caso de desligamento da Companhia antes do decurso do prazo de carência de 5 anos e proporções previstas no item (b), o beneficiário perderá os direitos decorrentes da outorga conferidos pelo plano, entendendo-se “desligamento” como qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do beneficiário com a Companhia ou suas subsidiárias, abrangendo, dentre outras hipóteses, a destituição, substituição ou não reeleição como administrador, rescisão do contrato de trabalho ou aposentadoria, seja a que título for; e
- (f) As ações transferidas aos beneficiários, após esgotado cada prazo de carência, conferirão aos beneficiários o direito ao recebimento de dividendos respectivos.

A Companhia, na valorização do plano e reconhecimento da despesa, considerou 5 *vesting periods* e respectivos valores justos da ação, conforme previsto na norma internacional (IFRS 2) e CPC10, como demonstrado abaixo:

Periodos	Valor justo da ação	Total de ações a serem transferidas
1o. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
2o. Aniversário (20%)	2,54	2.163.594
3o. Aniversário (20%)	2,51	2.163.594
4o. Aniversário (20%)	2,48	2.163.595
5o. Aniversário (20%)	2,45	2.163.595
		<u>10.817.972</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o resultado do exercício foi reduzido em R\$ 10.824 (R\$ 2.156 em 31 de dezembro de 2010), como resultado do reconhecimento de despesas relativas aos planos de outorga, como segue:

	Consolidado 2011
Plano antigo	
Reconhecimento de despesa até 14 de abril de 2011 (data da modificação do plano)	539
Valor incremental em função da conversão das opções em ações	1.568
Reconhecimento imediato do saldo remanescente	2.102
Plano novo	
Reconhecimento de despesa de 14 de abril a 31 de dezembro de 2011	6.615
Saldo no fim do exercício	<u>10.824</u>

16. Plano de pagamento baseado em ações--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de despesa não reconhecida relativa ao plano de ações é de R\$ 20.473, que será reconhecida no patrimônio líquido, em contrapartida do resultado do exercício, proporcionalmente a cada *vesting period*, até o final do plano.

Abaixo, segue a movimentação das opções e ações durante os exercícios:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ações	Opções	Ações	Opções
Saldo no início do exercício	483.899	967.780	483.899	967.780
Movimentações:				
Conversão de opções em ações	967.780	(967.780)	-	-
Liquidação de plano	(1.451.679)	-	-	-
Outorga de novo plano	10.817.972	-	-	-
Saldo no fim do exercício	10.817.972	-	483.899	967.780

A Companhia não possui ações em tesouraria.

17. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	2011	2010
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	11.510	9.151
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	166.430.346	166.430.346
Lucro líquido básico e diluído por ações - R\$	0,069	0,055

17. Lucro por ação--Continuação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o preço de exercício das ações e opções previstas no plano de remuneração baseado em ações ficou acima do valor de mercado da ação da Companhia e, portanto, não gerou efeito de diluição do lucro por ação. Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as debêntures conversíveis não apresentaram efeito de diluição do lucro por ação e também não geraram efeitos no cálculo do lucro por ação diluído, uma vez que a despesa de juros por ações potenciais apresentou um resultado superior ao lucro por ação básico.

18. Plano de pensão

A Plaspar Ltda. possui um plano de previdência privada denominado Plano de Aposentadoria PlasparPrev, constituído na modalidade de contribuição variável, cujas principais características encontram-se descritas a seguir:

- i) Plano de contribuição variável, custeado pelos participantes e pela patrocinadora:
 - Contribuição básica: o participante poderá efetuar contribuições iguais a percentuais inteiros de 1% a 5% do seu salário aplicável, à sua escolha, desde que a contribuição resultante respeite o limite mínimo, estabelecido no regulamento;
 - Contribuição voluntária: desde que o participante efetue contribuição básica poderá optar em efetuar contribuição voluntária nas condições a serem fixadas pela patrocinadora;
 - Contribuição normal: a patrocinadora efetuará um crédito para todos os participantes ativos cujo salário aplicável seja superior a 20 UP (Unidade Previdenciária), apurado de acordo com a fórmula do crédito prevista em regulamento; e

18. Plano de pensão--Continuação

- Contribuição suplementar: a patrocinadora efetuará um crédito para os participantes ativos que efetuem contribuições básicas, calculadas com base em um percentual que poderá variar entre 50% e 100% da contribuição básica. Atualmente este crédito corresponde a 50% da contribuição básica.
- ii) Para os Participantes ativos na data da alteração, foi calculado um Crédito de Migração, correspondente aos direitos acumulados no Plano Básico anterior, além da garantia de benefício para Participantes com direito a recebimento de renda mensal no plano básico anterior, conforme definições previstas no regulamento deste novo plano.
- iii) Para os Participantes inativos e vinculados (aguardando o prazo para início do recebimento do benefício) foram garantidas as mesmas condições dos planos anteriores.
- iv) Os componentes de benefício definido do plano são os seguintes:
 - Benefícios concedidos sob a forma de renda mensal vitalícia;
 - Benefício garantido (grupo de fundadores), avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e crédito individual;
 - Projeção de contribuições normais nos casos de incapacidade total e morte; e
 - Benefício mínimo de 6 salários proporcionais à carreira de 30 anos na empresa nos casos de incapacidade total e morte (avaliado em excesso aos saldos de conta de contribuição normal e do crédito de migração).

O valor presente das obrigações e os custos do serviço corrente relativos a parcela de benefício definido do plano, foram apurados pelo Método de Crédito Unitário Projetado e foi determinado por atuário técnico especializado, utilizando as seguintes premissas (taxas nominais incluindo a taxa de inflação de longo prazo):

1. 10,25% como taxa de ajuste a valor presente (taxa de desconto);
2. 7,63% como índice de aumentos salariais estimados;
3. 4,50% como taxa de reajuste de benefícios; e
4. 4,50% como taxa de inflação de longo prazo.

18. Plano de pensão--Continuação

As normas contábeis brasileiras e internacionais estabelecem que a taxa de desconto deva ser obtida com base nas taxas de retorno praticadas pelo mercado para papéis de primeira linha na data do balanço. Alternativamente, e na falta desta categoria de papéis no mercado, é indicado o uso das taxas de retorno oferecidas pelos títulos do governo. Nos últimos anos, o mercado tem adotado como base para definição da taxa de desconto para planos de aposentadoria as NTN-B emitidas pelo Governo. Este papel foi escolhido pela sua característica de longo prazo, que é semelhante aos vencimentos das obrigações assumidas pelas empresas com os benefícios de pós-emprego, e dada a sua indexação ao IPCA, que é próximo do INPC, índice que vem sendo adotado nos acordos coletivos de dissídio pelas empresas.

Com base nas NTN-B (fonte Adima) registradas na posição de 18 de dezembro de 2011 (data mais atual disponível na data dos cálculos), bem como na maturidade dos compromissos com o Plano de Aposentadoria da Plascar ("duration" aproximado de 13 anos), a taxa de desconto considerada é de 5,50% a.a. (mais inflação pelo INPC).

Essas premissas são consideradas adequadas pelo atuário assim como pela administração da Patrocinadora.

O valor justo dos ativos do plano representa o valor de mercado que esses ativos podem ser negociados em condições normais.

Para apuração do rendimento esperado dos ativos do plano foi considerada a hipótese de 10,25% (10,51% em 2010) como taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano;

Em 31 de dezembro de 2011, o Plano de Aposentadoria contava com 4.315 participantes ativos (4.019 em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com a opinião do atuário responsável pelo plano, o plano está equilibrado, com o passivo atuarial devidamente lastreado pelo ativo do plano. Com a alteração no regulamento, houve uma redução do passivo atuarial, em razão da diminuição dos riscos atuariais.

18. Plano de pensão--Continuação

Apresentamos a seguir a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço da Companhia:

	2011	2010
Composição do ativo atuarial		
Valor presente das obrigações atuariais	11.187	10.113
Valor justo dos ativos do plano	(26.447)	(24.048)
Efeito da limitação decorrente do parágrafo 58(b) da Deliberação CVM 600	3.339	434
Ativo atuarial líquido	(11.921)	(13.501)
Conciliação do valor presente das obrigações		
Valor das obrigações no início do ano	10.113	8.055
Custo do serviço corrente bruto	232	154
Juros sobre obrigação atuarial	1.028	886
Benefícios pagos no ano	(580)	(530)
Obrigações - (ganho) ou perda	394	1.548
Valor das obrigações no final do ano	11.187	10.113
Conciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	24.048	24.434
Benefícios pagos no ano	(580)	(530)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	2.979	144
Valor justo dos ativos no final do ano	26.447	24.048
Cálculo dos (ganhos) e perdas		
Amortização no ano	92	4.157
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	394	(1.548)
(Ganho) perda nos ativos do plano	(486)	(2.609)
Ganho no final do ano	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o ativo líquido de R\$ 11.921 (R\$ 13.501 em 2010) na rubrica ativo atuarial a realizar, no ativo não circulante, em função da perspectiva de realização do saldo com contribuições futuras do plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi apurada uma perda de R\$ 1.580 (ganho de R\$ 3.913 em 2010), a qual foi registrada em contrapartida da rubrica Outras receitas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

19. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2011	2010
Receita bruta de vendas	1.250.176	1.073.414
Impostos incidentes sobre vendas	(210.800)	(212.162)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(19.265)	(21.293)
	1.020.111	839.959

19. Receita operacional líquida--Continuação

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12 e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%) e Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

20. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	2011	2010
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(483.418)	(426.689)
Gastos com pessoal	(213.019)	(163.062)
Depreciação e amortização	(34.260)	(29.395)
Serviços de terceiros	(18.246)	(14.819)
Energia elétrica, água e telefone	(35.724)	(31.695)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 5)	245	(521)
Outros	(30.304)	(17.232)
	<u>(814.726)</u>	<u>(683.413)</u>

21. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2011	2010
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(485.077)	(427.805)
Gastos com pessoal (Nota 24)	(272.505)	(214.926)
Frete sobre vendas	(39.145)	(28.254)
Depreciação e amortização	(37.654)	(32.977)
Energia elétrica, água e telefone	(37.062)	(32.818)
Serviços de terceiros	(23.587)	(19.149)
Honorários da Administração (Nota 8.a)	(10.848)	(10.038)
Plano de pagamento baseado em ações (Nota 16)	(10.824)	(2.156)
Comissões sobre vendas	(1.534)	(1.443)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 4)	(2.087)	(120)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 5)	245	(521)
Outros	(39.153)	(22.126)
	<u>(959.231)</u>	<u>(792.333)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(814.726)	(683.413)
Despesas com vendas	(59.691)	(43.707)
Despesas administrativas e gerais	(84.814)	(65.213)
	<u>(959.231)</u>	<u>(792.333)</u>

22. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros	(46.699)	(37.021)
Juros sobre debêntures (Nota 12)	(22.254)	(9.547)
Variações cambiais passivas	(4.463)	(3.157)
IOF	(2.002)	(2.366)
Outros	(1.837)	(1.374)
	<u>(77.255)</u>	<u>(53.465)</u>
Receitas financeiras		
Juros	1.564	1.181
Variações monetárias ativas	429	347
Variações cambiais ativas	3.253	1.594
Outros	16	363
	<u>5.262</u>	<u>3.485</u>
Resultado financeiro	<u>(71.993)</u>	<u>(49.980)</u>

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2011	2010
Ativo atuarial (Nota 18)	(1.580)	3.913
Receita de venda de imobilizado	124.610	530
Valor líquido contábil dos bens do imobilizado vendidos	(82.796)	(1.552)
Comissão sobre venda de imobilizado (1)	(6.059)	-
Outros	1.802	2.807
	<u>35.977</u>	<u>5.698</u>

(1) Refere-se a comissão paga sobre venda dos imóveis na operação de *Sale & Leaseback*.

24. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Salários e encargos sociais	223.178	173.735
Plano de participação nos resultados	15.625	12.287
Benefícios previstos em Lei	33.196	27.884
Benefícios adicionais	506	1.020
	<u>272.505</u>	<u>214.926</u>

24. Benefícios a empregados--Continuação

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

Além dos benefícios mencionados acima, os benefícios a empregados também incluem plano de previdência privada (como mencionado na nota explicativa nº 18).

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamentos de clientes e contas a pagar a partes relacionadas.

Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, contas a receber de imóvel e depósitos judiciais, que resultam diretamente de suas operações.

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

A Companhia e suas controladas estão expostas a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia e suas controladas, englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira e os investimentos líquidos em controladas no exterior. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2011.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração face aos riscos inerentes.

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

- Risco de taxa de juros--Continuação

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar e debêntures sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do período (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro			
CDI	9,88%	12,35%	14,82%
Empréstimos e financiamentos	(20.709)	(22.691)	(24.668)
Debêntures	(11.782)	(13.931)	(16.664)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às suas atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	2011	2010
Contas a receber (Nota 4)	7.175	4.120
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 8.b)	262	773
Fornecedores	(298)	(1.338)
Exposição líquida	7.139	3.555

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A Companhia e suas controladas operam em dois mercados distintos, quais sejam equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH").

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuem saldos significativos a receber de clientes DSH.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o valor registrado na rubrica Caixas e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Consolidado				Total
	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	De 01 a 05 anos	Mais de 05 anos	
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	-	176.861	95.751	52.192	324.804
Fornecedores	94.791	-	-	-	94.791
Obrigações fiscais	7.692	-	-	-	7.692
Provisões para salários e encargos	19.318	14.573	-	-	33.891
Adiantamentos de clientes	18.036	19.237	-	-	37.273
Passivos com partes relacionadas	1.920	-	-	-	1.920
Dividendos a pagar	2.578	-	-	-	2.578
Outras contas a pagar	2.839	-	162	-	3.001
Debêntures (Nota 12)	177.823	-	-	-	177.823
Total	324.997	210.671	95.913	52.192	683.773

d. Valores justos dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, exceto pelos empréstimos e debêntures, os demais ativos e passivos financeiros não diferem dos seus valores de mercado, devido à sua natureza de curto prazo e, quando aplicável, incidência de juros de mercado.

Abaixo demonstramos uma tabela de comparação dos valores justos e contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)				
Capital de giro – moeda nacional	160.972	158.380	167.908	166.617
Notas de crédito à exportação	15.532	15.704	23.989	24.673
"Leasing"	28.749	27.863	43.335	40.266
Cheques descontados	14.820	14.820	-	-
Finame	104.731	104.731	13.618	13.618
	324.804	321.498	248.850	245.174
Debêntures (Nota 12)	177.823	177.493	155.615	154.517

O valor justo dos empréstimos e financiamentos, assim como das debêntures, foi estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

25. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Consolidado	
	2011	2010
Empréstimos e financiamentos	324.804	248.850
Debêntures	177.823	155.615
(-) Caixa e equivalente de caixa	(2.831)	(2.143)
Dívida líquida	499.796	402.322
Patrimônio líquido	283.486	266.243
Patrimônio líquido e dívida líquida	783.282	668.565

26. Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2011	2010
Pagamentos durante os exercícios		
Imposto de renda e contribuição social	15.280	598
Juros	45.899	39.468
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	3.476	4.989

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

27. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 567.848 (R\$ 519.299 em 2010), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 2010) para responsabilidade civil.

27. Seguros--Continuação

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.